

Falta de registros oficiais e exclusão de oportunidades agravam essa realidade

Por Ana Carolina Martins

O Brasil ainda ocupa o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo. No ano passado, foram registrados 80 assassinatos de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), sendo que a maioria esmagadora das vítimas são mulheres trans e travestis, geralmente jovens e negras.

Uma questão surge neste contexto: por que o Brasil não dispõe de dados oficiais qualificados sobre esse tipo de violência? São raras as delegacias que registram formalmente a violência informando corretamente o gênero da vítima, o que dificulta a realização de levantamentos críveis e realistas.

Na maioria das vezes, os números disponibilizados são aqueles compilados por organizações da sociedade civil, a partir de notícias e denúncias, o que indica que os casos são subnotificados.

Exclusão social

Entretanto, a violência vai muito além da física e moral, e a exclusão social é uma realidade difícil de ser combatida. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 25% das pessoas trans conseguem vagas em empregos formais no país, empurrando mulheres trans e travestis para a prostituição como único caminho de sobrevivência.

Em Campinas, equipamentos públicos, como o Centro de Referência LGBT e o Ambulatório Transcender, oferecem acolhimento e atendimento a essa população. Contudo, os desafios estruturais são de monta.

Antonia Moreira, a atual presidente do Conselho da TRANSmoras (organização da sociedade civil independente) e coordenadora de Relações Institucionais na Fundação FEAC, é um exemplo raro de sucesso, depois de muita luta.

Descoberta na infância

Nascida em Lins, no interior de São Paulo, e filha de pais nordestinos, que investiram continuamente em seus estudos, Antonia chegou em Campinas para cursar Publicidade e Propaganda, na Pontifícia Universidade Católica, como bolsista do ProUni. E foi justamente nesse período que ela começou a se aprofundar em suas

Trans e travestis: INVISÍVEIS para o mercado de trabalho

Ricardo Lima



Antonia Moreira, a atual presidente do Conselho da TRANSmoras e coordenadora de Relações Institucionais na Fundação FEAC, em Campinas



Rafa Kennedy/Unicamp

Coletivo TRANSmoras durante curso de corte, costura e criação em 2025, na Unicamp

questões de gênero.

“Na infância, eu já me percebia como diferente das normas de gênero e sexualidade. Mas foi na universidade que esses incômodos se tornaram mais evidentes”, conta.

TRANSmoras

Após se formar, teve contato com a TRANSmoras, na época, uma ocupação de moradia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), formada por travestis que utilizavam o espaço para a pro-

dução artística e cultural, sobretudo a partir da moda sustentável.

“Foi nesse encontro que me reconheci enquanto travesti e passei a construir a minha identidade, desenvolvendo uma prática profissional profundamente conectada ao coletivo e ao político, com base no movimento LGBT”, recorda.

Antonia participou do processo de consolidação da TRANSmoras como uma associação reconhecida, o que a levou a oportunidades incríveis, por exemplo, a uma for-

mação em Direitos Humanos em Nova Iorque, pela Universidade de Columbia, e o reconhecimento internacional por meio do prêmio MIT Innovators Under 35, em 2025, pelo trabalho de incidência política e geração de renda para pessoas trans e travestis.

Terceiro Setor

“Na FEAC, consigo integrar a minha experiência enquanto comunicadora e estrategista à minha trajetória no Terceiro Setor e no

ativismo. Isso me permite contribuir para o posicionamento da Fundação enquanto articuladora do ecossistema social de Campinas, ao mesmo tempo em que trago um olhar sensível às realidades das organizações sociais”, esclarece.

As perspectivas ainda são desafiadoras, mas há avanços. Segundo dados do Ipea, apenas cerca de 25% das pessoas trans estão no mercado formal de trabalho, evidenciando uma alta taxa de informalidade. Muitas mulheres trans e travestis ainda encontram na prostituição uma das únicas alternativas de geração de renda.

É fundamental que as organizações e o mercado de trabalho promovam ambientes inclusivos, com políticas internas que garantam o respeito ao nome social, apoio à retificação de documentos e condições reais de desenvolvimento profissional. Mais do que acesso, é preciso garantir a permanência, crescimento e pertencimento.

O acesso ao trabalho é uma das principais frentes de enfrentamento das desigualdades históricas. No entanto, essa agenda precisa estar articulada a outras dimensões, como o acesso a direitos, cidadania e políticas públicas. Somente assim será possível promover uma inclusão efetiva e sustentável.